

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – PÓLO BURITIS**

**A ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA
REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE FORMOSO-
MG.**

PATRÍCIA MOREIRA SANTANA

BURITIS - MG, 09 de Dezembro de 2017

PATRÍCIA MOREIRA SANTANA

**A ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA
REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE FORMOSO-
MG.**

**Trabalho Monográfico apresentado como
requisito final para aprovação na disciplina
Trabalho de Conclusão de Curso II do Curso
de Educação Física do Programa UAB da
Universidade de Brasília – Polo Buritis.**

ORIENTADOR: Prof. OSÉIAS GUIMARÃES
DE CASTRO

BURITIS- MG, 09 de Dezembro de 2017

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus, pois ele é meu guia e protetor.

A pessoa com deficiência, que merecem mais atenção, estudo de qualidade, igualdade e segurança.

A minha família pelo apoio, amor e incentivo.

Ao meu filho, meu maior presente que obtive durante esta jornada.

Aos tutores, professores e colegas que de fato se tornaram minha segunda família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido a benção de ingressar-me e prosseguir nesta faculdade.

Agradeço aos meus familiares por ter me apoiado durante toda esta jornada.

Agradeço de forma especial a minha mãe e ao meu marido, que sempre me aconselharam e me ampararam durante algumas fases difíceis que pensei em desistir.

Enfim, agradeço aos professores, tutores e colegas que muito contribuíram para a conclusão deste curso.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Justificativa.....	10
2. OBJETIVOS	11
2.1. Objetivo Geral:	11
2.2. Objetivos Específicos:	11
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
3.1. CONCEITOS SOBRE ACESSIBILIDADE	12
3.2. A ACESSIBILIDADE COMO FATOR PROMOTOR OU DIFICULTADOR DA ATIVIDADE MOTORA: ANÁLISE DE ESTUDOS	14
4. METODOLOGIA	20
4.1. Tipo de Pesquisa	20
4.2. Universo e Amostra	20
4.3. Tratamento dos Dados.....	21
4.4. Análise da acessibilidade.	23
5. CONCLUSÃO	26
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27
ANEXOS	30
ANEXO I – QUESTIONÁRIO DE OBSERVAÇÃO APLICADO	30

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 01- Características das escolas	22
GRÁFICO 01	23

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Área de circulação em acordo com as normas ABNT.....	24
Figura 2- Altura do bebedouro segundo ABNT.....	24
Figura 3- Medidas para carteiras adaptadas	25

Monografia: A ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE FORMOSO-MG.

Autor: Patrícia Moreira Santana

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo principal, avaliar a acessibilidade nas escolas de Formoso-MG e como ela se apresenta como fator facilitador ou dificultador para indivíduos com dificuldades de locomoção nessas escolas. A metodologia de pesquisa foi a abordagem qualitativa através de um estudo descritivo-exploratório, através de um questionário do tipo semi-estruturado que atendia as normas do Manual de Acessibilidade da ABNT, baseado no questionário validado por Pereira (2013). Avaliamos 05 escolas: Escola Municipal Felinto Dias Andrade, Escola Estadual Nossa Senhora de Abadia, Escola Municipal Lázaro Xavier Pires, Escola Estadual Martinho Antônio Ornelas, Escola Municipal Santo Antônio. Observamos primariamente os seguintes aspectos, tais como: 1) Entrada da escola; 2) Área de circulação; 3) Salas de aula; 4) Banheiros; 5) Local das aulas de educação física. Os resultados encontrados foram que nenhuma escola investigada apresenta condições claras e plenas de receber um aluno em condição de deficiência e principalmente receber esse aluno nas aulas de Educação Física. Óbvio é que tais alunos sejam aceitos, porém não da maneira efetiva como realmente deveria. Apesar de todos os diretores afirmarem que estão preparados para lidar com a diversidade, o que percebemos é que os espaços escolares não estão adequados para essa realidade, pois ainda existem muitas barreiras tanto arquitetônicas, quanto atitudinais.

Palavras-chave: Acessibilidade, Educação Física Escolar, Barreiras Arquitetônicas, Inclusão;

1. INTRODUÇÃO

A análise da legislação educacional e da norma técnica sobre acessibilidade vigente no país permitiu constatar que estas legislações incentivam a promoção da inclusão de alunos deficientes nas escolas regulares; no entanto, as análises mostram que as unidades de ensino infantil ainda não possuem espaços adequados para atender as necessidades destes usuários. Em relação à norma técnica de acessibilidade observou-se que não há especificações específicas para a criança (DIAS, 2016).

A acessibilidade é definida como possibilidade e condições de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliário e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Pela legislação brasileira, toda pessoa, incluindo aquelas que apresentam deficiências, têm direito ao acesso à educação, à saúde, ao lazer e ao trabalho. Desta forma, as pessoas devem ser percebidas com igualdade, implicando assim no reconhecimento e atendimento de suas necessidades específicas (ANDRADE et al., 2007(BRASIL, 1994; BRASIL, 1998 apud LAMONICA et. al. 2008).

O conceito de inclusão escolar adotado no Brasil envolve a proposta pedagógica e a possibilidade de utilização do edifício escolar de forma autônoma. Em uma escola de educação infantil os espaços internos e os externos devem proporcionar que todos os alunos, mesmo aqueles com algum tipo de deficiência, possam desenvolver todas as atividades pedagógicas adequadas a sua faixa etária (DIAS, 2016).

A ABNT (NBR 9050), que trata da Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, define acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, mobiliário, equipamento urbano e elementos” ((ABNT, 2004, p.10 apud GUERREIRO, 2012).

De acordo com o Manual de Acessibilidade da ABNT (2004) e citados por Guerreiro (2012) e Lamonica et. al. (2008), estes obstáculos a serem transpostos são descritos como:

- Escadas sem corrimão e sem contraste de cor nos degraus;
- Ausência de corrimãos e/ou guarda-corpos normatizados;
- Ausência de banheiros adaptados,
- Ausência de rampas de acesso para cadeirante;
- Pouca iluminação;
- Ausência de orelhão, extintores de incêndio e caixas de correio adaptados a altura compatível com usuários de cadeira de rodas (a 1m do chão), ausência de sinalização tátil no chão, identificação desse mobiliário urbano pelos deficientes visuais;
- Falta de manutenção de ruas e calçadas, bueiros sem tampa ou grades de proteção;
- Salas de aula, teatros, anfiteatros e ginásios sem vagas ou espaços nos corredores entre as poltronas, carteiras, arquibancadas para cadeiras de rodas;
- Desníveis nas portas que sejam maiores que 5 cm;
- Portas e corredores estreitos (menor que 85 cm), catracas sem porta alternativa;
- Portas emperradas e com maçanetas roliças ao invés do tipo alavanca, principalmente em banheiros adaptados;
- Banheiros sem identificação escrita, ao invés de símbolo que designem o gênero (para identificação dos analfabetos) e em relevo (para deficientes visuais);
- Falta de abrigos para sol e chuva nos pontos de ônibus.

1.1 Justificativa

Sabe-se que a acessibilidade possibilita aos indivíduos portadores de deficiência ou mobilidade reduzida a participação efetiva dos ambientes, na qual através de uma

estrutura arquitetônica projetada torna-se acessível a eles a utilização de equipamentos, transportes, meios de comunicação e informação.

Pensando nesses aspectos que envolvem a acessibilidade e seus conceitos, definições e aplicações, visamos nesse trabalho verificar como ela se desenvolve nos ambientes escolares de Formoso-MG e como ela interfere direta ou indiretamente na rotina da prática de Educação Física por escolares em condição de deficiência.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral:

Avaliar a acessibilidade nas escolas de Formoso-MG e como ela se apresenta como fator facilitador ou dificultador para indivíduos com dificuldades de locomoção.

2.2. Objetivos Específicos:

- Entender o conceito de acessibilidade e qual a sua importância no planejamento da rotina escolar.
- Analisar a relação entre a acessibilidade do ambiente escolar e a participação de escolares com dificuldades de locomoção nas aulas de Educação Física.
- Verificar se as escolas do município estão aptas a receber alunos com deficiência física ou motora.
- Analisar quais escolas possuem espaço físico acessível para a prática de Educação Física.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. CONCEITOS SOBRE ACESSIBILIDADE

Os parâmetros utilizados para de discorrer e agir sobre o conceito de acessibilidade tem como referência informações presentes na ABNT-NBR 9050/2004 e ABNT-NBR 9050/2015 (vigente a partir de 11/10/2015) para o público adulto. A atual norma técnica apresenta apenas a referência para a altura e o distanciamento da bacia sanitária e das barras de apoio nos sanitários infantis. A falta de informação técnica e ergonômicas para o público infantil dificulta o trabalho dos profissionais de projeto.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2004, p. 2) define a acessibilidade como “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”.

A acessibilidade é uma condição acessível aos lugares, às pessoas, aos serviços, dentre outros. É a possibilidade de interagir com o ambiente de forma segura, com o máximo de autonomia possível, mesmo que as pessoas tenham singularidades acentuadas. Isso implica condições acessíveis e sem obstáculos (SOUSA et. al., 2017, p. 111).

A acessibilidade se insere no cenário educacional, no instante em que o direito de ir e vir com autonomia torna-se elemento essencial para auxiliar na inclusão escolar e social.

No entanto, para que este processo inclusivo se efetive, é necessário planejar e melhorar a acessibilidade arquitetônica nas escolas, proporcionando condições de acesso das pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida a todos seus ambientes ou compartimentos.

A acessibilidade significa “algo que pode ser observado, implementado, medido e avaliado” ou, ainda, como forma de criar condições de acessibilidade para que as pessoas tenham acesso aos locais e/ou a determinadas situações.

(TANAKA, 2006; MANZINI, 2006; FREITAS et al., 2008 apud PALMA e MANTA, 2010).

O termo acessível implica tanto em acessibilidade arquitetônica, como de comunicação. Representa para o usuário, não só o direito de acessar a rede de informações, mas também o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados e apresentação da informação em formatos alternativos (ABNT, 2004 apud SOUSA et. al., 2017, p. 111-112).

Com o objetivo de compreender o desenvolvimento da acessibilidade na escola em suas várias dimensões, Carvalho et. al. (2016), apresentaram um estudo para investigar a acessibilidade e o direito à educação.

A partir de suas observações, três temas surgiram da rede interpretativa: conceitos de acessibilidade, fatores facilitadores do desenvolvimento da acessibilidade na escola e fatores limitadores do desenvolvimento da acessibilidade na escola.

1. Sobre o conceito de acessibilidade

As barreiras que devem ser superadas são concebidas como qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação.

2. Fatores facilitadores do desenvolvimento da acessibilidade na escola

As instituições devem ter núcleos ou projetos de apoio para pessoas com deficiência, como espaço de encontros, de reivindicação de mudanças e de construção de uma rede de apoio pedagógico.

3. Fatores limitadores do desenvolvimento da acessibilidade na escola

A acessibilidade arquitetônica, que promove a capacidade de ir e vir com autonomia, contribui para o aparecimento do sentimento de segurança e independência, tendo impacto na afetividade com a cidade, na satisfação com o trabalho, no exercício da cidadania e nas relações sociais.

No espaço da escola, uma das melhores formas para tentar mitigar esses problemas parte da colaboração do outro, que é fundamental para que as pessoas

com deficiência possam participar plenamente dos contextos nos quais se inserem, podendo, assim, usufruir dos bens e serviços e da permanência nos cursos.

Durante nosso estudo percebemos que essa ainda é uma realidade distante, pois a grande maioria das escolas de Formoso-MG ainda se encontram aquém das expectativas de possuírem espaços completamente acessíveis.

O processo relacionado à evolução da acessibilidade na escola apresentou nos últimos anos uma clara evolução dessa concepção, passando da visão restrita de mudanças estruturais para uma abordagem psicossocial, destacando-se os conceitos de segurança e autonomia nos espaços, mobiliários e equipamentos.

Enquanto a lei aponta avanços significativos que se distanciam do modelo médico da deficiência, no campo das experiências escolares ainda se destacam as dificuldades de acesso e permanência das pessoas com deficiência, pela recorrência de sentimentos de humilhação e invisibilidade (CARVALHO et.al., 2016). O que denota que a acessibilidade vai além da garantia de acesso físico.

Ambientes escolares inclusivos devem garantir o acesso físico, a oportunidade para a aprendizagem ideal e social, e proporcionar um clima estimulante. A falta de acessibilidade prejudica o senso de pertencimento ao grupo, impossibilitando com que as mesmas se sintam incluídas nas aulas de educação física.

A ausência de estrutura física adequada é uma realidade vivenciada em toda estrutura escolar, e não apenas no contexto das aulas de educação física (ALVES e DUARTE, 2014).

Baseando nessa premissa é que justificamos a nossa escolha em desenvolver pesquisa sobre o tema Acessibilidade nas escolas de Formoso-MG.

3.2. A ACESSIBILIDADE COMO FATOR PROMOTOR OU DIFICULTADOR DA ATIVIDADE MOTORA: ANÁLISE DE ESTUDOS

A acessibilidade se bem desenvolvida mostra que tem sido um fator promotor da atividade motora em geral, seja no espaço escolar ou fora dele, por outro lado quando a mesma não ocorre efetivamente tem sido apontada como um dos principais fatores dificultadores da prática de atividades motoras.

Com o objetivo de analisar a compreensão dos professores de Educação Física e Séries Iniciais sobre a participação do aluno com deficiência física em aulas

de Educação Física e a acessibilidade dos espaços de prática. Palma e Manta (2008) aplicaram uma entrevista com professoras de uma escola pública de uma cidade do Rio Grande do Sul.

A análise dos resultados mostrou que a escola possuía barreiras físicas como falta de rampas e corrimão e pisos desnivelados, mas também apontou barreiras atitudinais como a superproteção por parte das professoras aos alunos deficientes físicos (DF).

Em nosso estudo nos limitamos a investigar apenas as barreiras arquitetônicas, não conduzimos nenhuma investigação sobre as barreiras atitudinais dos professores de Formoso-MG.

No entanto, mesmo com as identificações das barreiras arquitetônicas pelas próprias professoras entrevistadas, a participação dos alunos com deficiência física (DF) nas aulas de Educação Física tem sido efetivada, pelo menos em suas falas, pois, neste estudo, as aulas práticas não foram observadas.

Os autores Palma e Manta (2008), concluem com a percepção de que a Inclusão de alunos com DF nas aulas de Educação Física ainda pode parecer um estigma para muitos professores e colegas de turma, pois, infelizmente, as barreiras atitudinais precisam ser eliminadas para que a inclusão desses alunos ocorra de forma participativa e livre de preconceitos.

Em contrapartida, alguns professores lutam e se dedicam para que essa inclusão seja verdadeiramente um direito de todos, principalmente para o aluno com DF.

No entanto, as barreiras arquitetônicas na escola e nos ambientes de prática das aulas de Educação Física dificultam a autonomia e a liberdade na mobilidade dos alunos com DF e usuários de cadeiras de rodas nos ambientes escolares.

Em nosso estudo como detalharemos mais à frente na análise dos resultados, encontramos em todas as escolas investigadas, barreiras arquitetônicas e falta de planejamento sobre os espaços físicos visando a questão da acessibilidade.

Paulino et. al. (2008) com o objetivo de avaliar a acessibilidade física em nove escolas do ensino fundamental de uma cidade do interior de São Paulo.

Atribuíram uma medida de acessibilidade em porcentagem de cada escola avaliada. A avaliação indicou a seguinte classificação, quanto à medida de

acessibilidade em porcentagem, das escolas: CX= 81,8%; NM= 81,8%; GC= 78,9%; MP= 77,7%; AC=76,1%; PF= 75,9%; NG= 68%; RP= 64,6% e CC= 59,9%.

As escolas CX (81,8%) e NM (81,8%) obtiveram as melhores porcentagens de acessibilidade geral, devido principalmente ao fato de essas serem as duas escolas com construção mais recente, e de terem suas mudanças de níveis realizáveis por meio de rampas revestidas por material antiderrapante.

Nesse estudo puderam observar um reflexo das recomendações sugeridas pela inclusão e pelo desenho universal em algumas edificações construídas após a municipalização do ensino fundamental proposta pela Lei de Diretrizes e Bases-LDB (BRASIL, 1996), no entanto, mesmo essas necessitam de algumas reformas para que seus espaços possam ser cada vez mais acessíveis e utilizáveis por uma gama maior de pessoas.

Percebemos em nosso estudo em Formoso-MG que as escolas que passaram por reformas mais recentes, apresentaram melhores scores de acessibilidade também, o que indica uma evolução nesse paradigma, apesar de estarmos muito distantes de uma realidade ideal.

Vale ressaltar que o processo inclusivo, passa pela questão da acessibilidade, mas compreende múltiplos fatores. Que vão desde a adequação das tarefas até o princípio que ora discutimos, que é a acessibilidade.

Na inclusão se defende que é necessário adaptar a escola, a acessibilidade e as estratégias de ensino para incluir o/a aluno/a com deficiência e não adaptar esse/a aluno/a para que ele/a possa ser incluído/a. Essa via não deve ser unilateral. Portanto, a falsa ideia de que esses/as alunos/as com deficiência só podem participar de tarefas modificadas pode perpetuar a lógica de que eles/as não têm capacidade de realizar tarefas que não sejam adaptadas (SOUZA, 2017, p. 33).

Em um estudo descritivo exploratório das condições atuais de acesso físico no âmbito escolar e, em particular, o acesso às instalações destinadas à prática da EF. Miron e Costa (2014), tiveram como objeto de estudo, 29 escolas públicas estaduais de um município de porte médio do interior de São Paulo.

Dentre as 29 escolas visitadas, observou-se que apenas três delas foram construídas para serem acessíveis fisicamente, e que 48,37% das mesmas já passaram por algum tipo de reforma na tentativa de se adequar às normas. Em 41,37% delas não houve nenhuma mudança física visando melhor adequação.

Dentre as três escolas que foram construídas procurando atender às normas, duas delas não atendem a 100% das adequações estabelecidas.

Nenhuma das 29 escolas analisadas atende a 100% das normas, demonstrando que o processo inclusivo ainda passa pela necessidade básica de adequação do seu principal espaço, a escola.

Nesse contexto, a acessibilidade física deve ser amplamente discutida, para que a escola possa realmente se tornar um espaço de tratamento igualitário e que colabore com os objetivos da inclusão. O combate às desigualdades passa pela observação das leis já existentes, uma vez que apenas a sua existência não garante o seu cumprimento. O direito de acesso da PDF (pessoa em condição de deficiência física) aos bens sociais deve ter a escola como base da construção da cidadania (MIRON e COSTA, 2014).

Alves e Duarte (2014), buscaram investigar a percepção de alunos deficientes sobre a inclusão nas aulas de educação física, em um estudo contou com a participação de três estudantes do sexo feminino de uma escola pública no município de São Paulo – SP e que não apresentaram dispensa médica para participação nas aulas de educação física.

Os resultados apontam que um dos fatores críticos para a inclusão do aluno com deficiência nas aulas de educação física é a adequação deste contexto para o atendimento às suas necessidades. Para os participantes do estudo, esta adequação é constituída pela adaptação estrutural, pedagógica, metodológica e material para participação ativa na aula.

Estas adaptações devem ocorrer de acordo com a necessidade, limitações e capacidades do aluno com deficiência. A adaptação estrutural do espaço da aula de educação física também é descrita como fundamental para a percepção de inclusão pelo aluno com deficiência.

O que evidencia nesse contexto a importância de se trabalhar com espaços adequados e acessíveis, de acordo com as normas mínimas legais estabelecidas.

Em nossa pesquisa identificamos apenas uma escola com acesso garantido à quadra de esportes, sendo esse o espaço principal das aulas de Educação Física, tendo em vista que nenhuma das escolas investigadas possuíam espaços alternativos para as aulas.

Com o objetivo de identificar, descrever e mapear barreiras físicas no Campus da Universidade de São Paulo de Bauru e apresentar as intervenções realizadas, durante o período de outubro de 2001 a dezembro de 2005. Lamônica et. al. (2008) realizou um estudo descritivo quantitativo, centrado em fatos objetivamente detectáveis e observáveis, para o mapeamento das condições arquitetônicas de acesso.

Os bolsistas responsáveis pelo mapeamento, identificaram 112 itens em desacordo com as especificações legais, dentre os quais: guias não rebaixadas, pontos de acessos com diferenças de níveis sem rampas; escadas/rampas sem corrimãos, dentre outros aspectos.

Então a partir de 2001, de forma criteriosa, estabeleceram uma relação de prioridades de áreas, considerando valores financeiros disponibilizados anualmente, áreas de maior fluxo de pedestres e de maiores atrações para a execução das intervenções externas: rebaixamento de guias, rampas de acesso, instalação de corrimão e guarda-corpo em escadas e rampas, vagas para estacionamento e centrais de atendimento ao surdo e aquisição de cadeiras de rodas.

O que se percebeu ao fim desse estudo e dessa intervenção é que promover mudanças arquitetônicas também possibilita que mais pessoas com necessidades especiais possam conviver no ambiente, o que promove a interação, mas não garante, necessariamente, a integração das pessoas.

Além das barreiras arquitetônicas é necessário que haja mudanças de atitudes proporcionando novas abordagens no atendimento dos cidadãos, buscando o respeito pelas pessoas e melhoria na qualidade de vida para todos.

Essa mudança de atitudes e paradigmas, é o que irá gerar uma corrente positiva, onde o indivíduo se sente seguro para a prática de atividades físicas e exercícios por toda a vida.

Pensando nesse aspecto e objetivando analisar a prática de atividades físicas de pessoas com deficiência física em diferentes fases da vida. Lehnhard et. al. (2012) apresentam um estudo onde participaram nove adultos jovens, do sexo masculino, que possuem deficiência física e praticavam atividades físicas e/ou esportivas através de uma entrevista com perguntas referentes à história de vida, à deficiência e a atividades físicas em diferentes fases.

De maneira geral, dos dois aos dez anos todos participavam das aulas de Educação Física, com exceção de um, que já possuía deficiência física e utilizava cadeira de rodas, o que, segundo ele, interferia na sua participação em algumas atividades, tendo em vista que a cadeira poderia machucar os demais.

Esse é um dado interessante, pois em nossa pesquisa, apesar de não documentarmos isso através do questionário, em conversa informal com os professores e diretores, todos afirmaram que os alunos com dificuldades de locomoção participam ativamente das aulas e se sentem seguros, dispostos e motivados para tal.

Dos dez aos vinte anos os participantes jogaram futebol e voleibol e praticaram musculação, com exceção de dois deles, que utilizavam cadeira de rodas e acreditavam que isso os impedia de participar de algumas atividades. A necessidade de adequações e adaptações nas atividades é um fator limitante para a participação de pessoas com deficiência.

Na faixa etária dos vinte aos quarenta anos, três participantes já estavam inseridos nas atividades físicas e/ou esportes atuais. Dentre os demais, quatro continuavam praticando as atividades anteriores, um (01) passou a participar de atividades porque percebeu que isso seria possível, e um (01) não participava de atividades por não ter acesso a elas.

Este último caso vai ao encontro do estudo realizado por Zuchetto e Castro (2002) citado por Lehnhard et. al. (2012) com pessoas que possuíam deficiência física, no qual se percebeu que 61% dos participantes não praticavam atividades físicas porque não possuíam acesso a elas em sua comunidade.

Infelizmente essa é uma realidade constante, pois se no espaço escolar que possui regras e leis específicas a fim de garantir a acessibilidade, ela não ocorre efetivamente. Nos demais espaços públicos é que ela raramente irá se efetivar.

Esse fator denota uma realidade da nossa sociedade que denota uma certa incapacidade de prever e se adequar à diversidade.

Tal incapacidade pode ser claramente percebida nas barreiras que hoje se manifestam por meio de seus ambientes restritivos, suas políticas públicas discriminatórias e suas atitudes preconceituosas que rejeitam a minoria e todas as formas de diferenças; seus discutíveis padrões de normalidade; seus objetos e outros bens inacessíveis do ponto de vista físico; seus pré-requisitos atingíveis apenas pela maioria aparentemente homogênea; sua quase total

desinformação sobre necessidades especiais e sobre direitos das pessoas que possuem essas necessidades; suas práticas discriminatórias em muitos setores da atividade humana -escolas, empresas, locais de lazer, transportes coletivos etc.- (RODRIGUES , 2016, p. 26).

Além da dificuldade de acesso, há problemas de acessibilidade que se referem à estrutura física. A eliminação de barreiras arquitetônicas é o ponto inicial para a inclusão de pessoas que possuem deficiência física no intuito de proporcionar sua autonomia e mobilidade (PALMA; MANTA, 2010 apud LEHNHARD et. al., 2012).

4. METODOLOGIA

4.1. Tipo de Pesquisa

Para este estudo o método de pesquisa foi a abordagem qualitativa através de um estudo descritivo-exploratório, utilizamos questionário do tipo semi-estruturado que atendia as normas do Manual de Acessibilidade da ABNT, baseado no questionário validado por Pereira (2013), porém com as devidas adaptações, a fim de investigar como algumas das escolas de Formoso-MG, estão hoje estruturadas em termos de acessibilidade.

4.2. Universo e Amostra

Neste estudo analisamos e observamos as escolas da rede pública do município de Formoso-MG, sendo escolas da zona urbana e zona rural, e que se dispuserem mediante Termo de Livre Consentimento (TLC) a permitir análise de suas dependências a fim de mapear pontos de acessibilidade.

As escolas investigadas foram: Escola Municipal Felinto Dias Andrade, Escola Estadual Nossa Senhora de Abadia, Escola Municipal Lázaro Xavier Pires, Escola Estadual Martinho Antônio Ornelas, Escola Municipal Santo Antônio.

Realizamos nessas escolas uma visita técnica, os dados coletados se referiam a existência ou não de acessibilidade, para pessoas com deficiência. Comparando os dados com as normas da ABNT-NBR90/50. Observamos primariamente os seguintes aspectos, tais como: 1) Entrada da escola; 2) Área de circulação; 3) Salas de aula; 4) Banheiros; 5) Local das aulas de educação física.

4.3. Tratamento dos Dados

Os dados obtidos como resultado da pesquisa realizada in loco foram analisados a partir dos encaminhamentos da pesquisa descritiva em contraste com as normas da ABNT NBR90/50 e estão apresentados a seguir através de relatório gráfico com os dados gerais das escolas que se encontram dentro e fora dos padrões investigados. Tendo com princípio a inclusão de pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida, garantindo a acessibilidade arquitetônica das escolas e a educação de qualidade.

A minha primeira visita ocorreu na Escola Municipal Felinto Dias Andrade (escola 01), uma escola que possui apenas 08 salas de aula, atende cerca de 489 alunos (total referente ao período da manhã e da tarde), deste total 03 são cadeirantes, 02 possuem Síndrome de Down e 03 apresentam laudos de doenças degenerativas, e cada aluno especial possui um professor apoio.

O diretor foi bastante atencioso durante minha visita, fez questão de me acompanhar e apresentar as particularidades e adaptações realizadas nos ambientes da escola. A gestão do diretor é recente, e através do diálogo que tivemos e do trabalho observado, percebi que ele é um profissional bastante competente, apresenta um conhecimento adequado sobre o tema acessibilidade e se mostra empenhado em busca de uma educação de qualidade.

Segundo o diretor alguns alunos participam de Projetos de capoeira, Jiu Jitsu e danças afro, e a prefeitura disponibiliza um transporte específico, onde sobre acompanhamento de um monitor os alunos interessados em participar dos projetos são direcionados até o Ginásio Poliesportivo, local específico das aulas.

A segunda visita ocorreu na Escola Estadual Nossa Senhora de Abadia (escola 02), a diretora autorizou a visita após ciência do trabalho e a partir daí iniciei a pesquisa sem o acompanhamento da mesma, realizando as observações e procedimentos necessários.

A escola possui 01 aluno com Síndrome de Down, 01 aluno com microcefalia congênita, 05 alunos com doenças degenerativas (baixa visão, déficit auditivo, deficiência intelectual).

A terceira visita ocorreu na Escola Municipal Lázaro Xavier Pires (escola 03), localizada na Zona Rural. Esta escola localiza-se em uma área pertencente à uma Cooperativa Agropecuária, a escola recebe grande apoio desses associados.

O prédio escolar apresenta uma ótima estrutura e atende um grande número de alunos, tendo passado por uma reforma recentemente. A escola possui 01 aluno que apresenta laudo de doença degenerativa (deficiência neuropsíquica).

A quarta visita foi na Escola Estadual Martinho Antônio Ornelas (escola 04), fui muito bem recepcionada pela diretora, ela achou interessante o tema do projeto, fez questão de me acompanhar durante as observações aos ambientes da escola, que apresenta uma excelente estrutura em termo de acessibilidade, segundo a diretora ela busca ao máximo tornar o ambiente acessível e agradável a todos os alunos. Esta escola possui 2 alunos cadeirantes.

A quinta e última visita ocorreu na Escola Municipal Santo Antônio (escola 05), já tinha breve conhecimento das estruturas arquitetônicas desta escola, pelo fato de já ter realizado nela dois estágios, sendo 1 do ensino infantil e outro do ensino fundamental. Esta escola tem 01 aluna autista.

ITEM VERIFICADO	POSITIVO	NEGATIVO
ENTRADA DA ESCOLA		
NECESSIDADE DE RAMPA	01,02,03,04,05	---
A ESCOLA POSSUI RAMPA	01,03,04	02,05
ÁREA DE CIRCULAÇÃO		
CORRIMÃO	01,03,04	02,05
BEBEDOURO ADAPTADO	01,02,03,04,05	---
ALTURA DA BICA	01,02,03,04,05	---
PISO ANTIDERRAPANTE	04,05	01,02,03
ÁREA ACESSÍVEL AOS CADEIRANTES	03,04	01,02,05
SALA DE AULA		
LARGURAS DAS PORTAS ADAPTADAS	01,02,03,04,05	---
QUADRO/LOUSA ADEQUADA	01,02,03,04,05	---
CARTEIRA ESCOLAR ADAPTADA	01,02,04	03,05
CARTEIRAS LOCALIZADAS EM SALA	01,02,04	03,05
BANHEIROS		

LARGURA DAS PORTAS ADEQUADAS	02,03,04	01,05
PISO ANTIDERRAPANTE	02,03,04	01,05
BARRAS DE SEGURANÇA	02,03,04	01,05
ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA		
ESCOLAS POSSUI QUADRA ESPORTIVA	01,02,04	03,05
QUADRA POSSUI RAMPA DE ACESSO	02,04	01,03,05

DADOS EM GRÁFICO

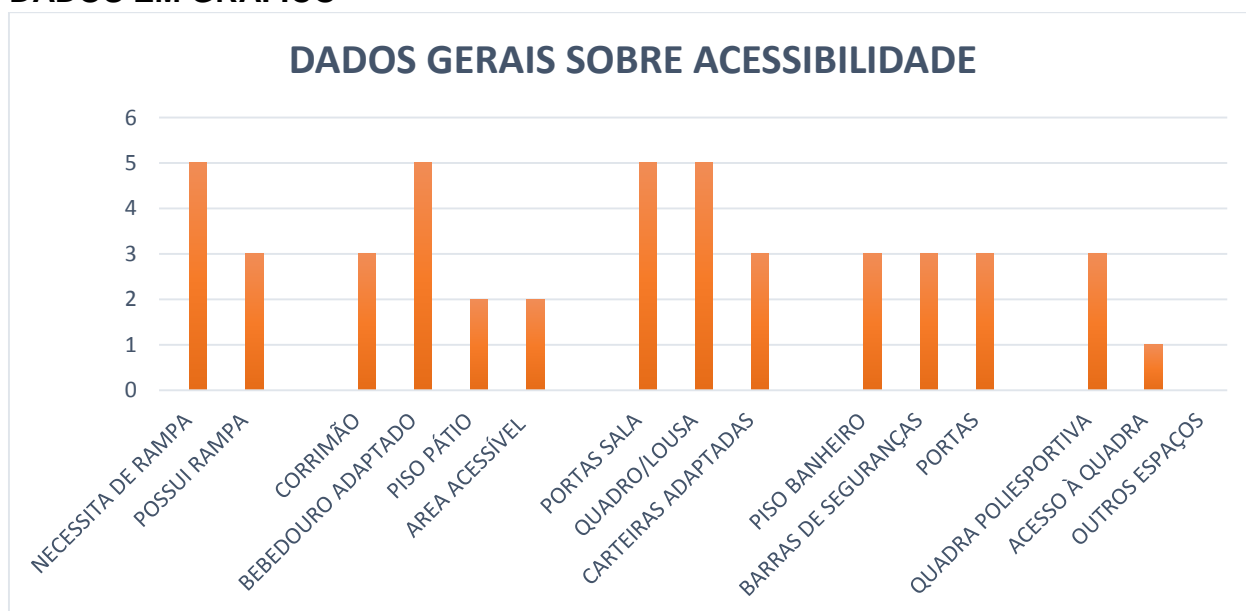


Gráfico 1

4.4. Análise da acessibilidade.

Após a aplicação e análise do questionário *in loco* notamos que ainda existe uma enorme lacuna no que se refere a garantia do direito legal da acessibilidade e o que efetivamente acontece.

Em relação a necessidade de rampas de acesso, tomando como base a descrição das normas ABNT, onde se considera rampa como uma inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminamento. Consideram-se rampas aquelas com declividade igual ou superior a 5%. Todas as escolas necessitavam de rampa de acesso, porém apenas 3 delas possuíam rampa de acesso, ou seja, 40%

das escolas pesquisadas ainda não contavam com esse recurso, apesar da necessidade.

Considerando que área de circulação considera como espaço mínimo ideal a projeção de 0,80m por 1,20m no piso, ocupada por uma pessoa utilizando cadeira de rodas. Isso facilita o acesso às salas de aulas, banheiros e outras repartições, possibilitando assim uma autonomia na circulação entre estes espaços. Encontramos em todas as escolas investigadas o respeito a essa norma. O que indica que é garantido o livre acesso, já que se permite a transposição de duas cadeiras de rodas.

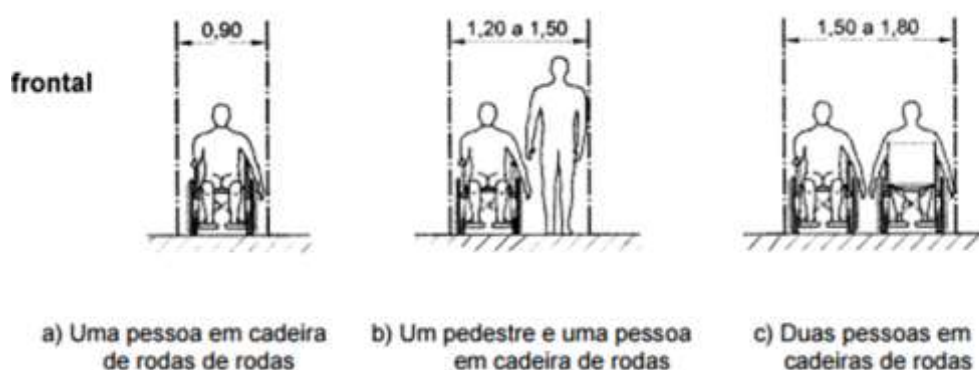


Figura 1- Área de circulação em acordo com as normas ABNT.

Já em relação ao corrimão, notamos que apenas 3 das 5 escolas possuíam corrimão, e nenhuma delas se adequava de maneira exata nas normas ABNT, que consideram medidas para corrimão central e para corrimão em escadas e degraus.

Para os bebedouros, foram analisados se a bica esteve localizada no lado frontal, com uma altura de 0,90 m, e se permitiam a utilização por meio de copos. Todas as escolas investigadas contavam com bebedouros em tamanho adequado e dentro dos padrões ABNT. O que indica uma evolução nesse aspecto.

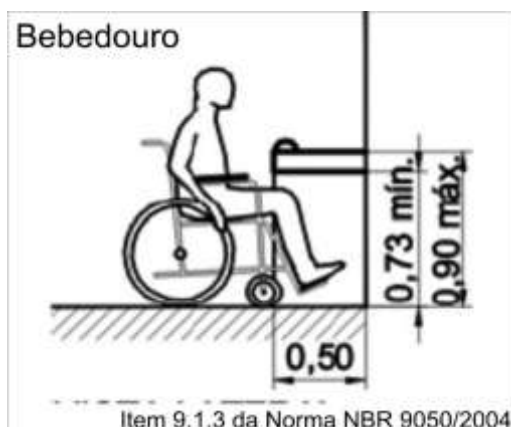


Figura 2- Altura do bebedouro segundo ABNT.

Em relação a área de convívio, notamos que apenas 2 escolas possuíam piso antiderrapante no pátio e também apenas em 2 escolas era possível o total acesso a todas as alas da escola por um cadeirante ou indivíduo com dificuldade de locomoção. Já que nessas escolas existia relevos, pisos ruins, degraus ou até mesmo areia e brita no caminho.

Em relação à sala de aula, avaliamos 03 aspectos principais: 1) largura da porta; 2) altura do quadro/lousa; 3) existência de carteiras escolares adaptadas. Em todas as escolas investigadas as portas atendiam as normas que exigem uma largura mínima de 0,80m, o mesmo dado encontramos em relação à altura do quadro/lousa onde a exigência é de 0,90 cm de altura máxima da borda inferior.

No quesito carteiras escolares adaptadas, encontramos 03 escolas que possuíam tais carteiras apenas, sendo que 02 escolas as possuíam em péssimas condições, apenas 01 escola possuía carteiras novas. A alegação para que não houvessem carteiras adaptadas em 02 escolas, foi de que essas escolas não possuíam alunos cadeirantes naquele momento.

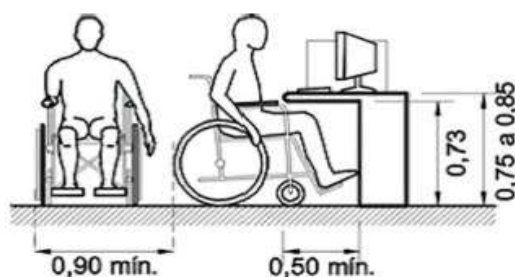


Figura 3- Medidas para carteiras adaptadas.

Na investigação e análise sobre a acessibilidade aos banheiros, encontramos duas escolas fora dos padrões e uma delas é justamente uma escola que possui 03 alunos cadeirantes. Apenas 03 escolas cumpriram as exigências mínimas e se encaixaram nos padrões ABNT. Nossa investigação foi sobre 03 aspectos: 1) largura da porta (mínimo de 0,80m de largura e altura mínima de 2,10m de altura); 2) Barras de apoio que favoreçam o deslocamento; 3) piso antiderrapante.

Dessas apenas 02 escolas encontram-se totalmente fora dos padrões mínimos exigidos.

O último item avaliado referia-se à acessibilidade no ambiente destinado as aulas de Educação Física e os dados preocupam de maneira geral, pois refletem a realidade do nosso sistema educacional, e isso não seria diferente ao se tratar da acessibilidade no âmbito da Educação Física.

Apenas 03 escolas possuíam quadra poliesportiva, dessas 03 apenas 01 permitia livre acesso à quadra por alunos cadeirantes ou com dificuldade de locomoção, e nenhuma das escolas possuía espaços de aulas práticas alternativas, a não ser em ambientes externo as dependências da escola.

5. CONCLUSÃO

Concluimos esse estudo com a certeza de que a acessibilidade é fator fundamental na rotina escolar e extremamente necessária a mudança de paradigmas no que diz respeito a construção ou reformas dos ambientes escolares.

Não apenas no ambiente escolar, mas necessariamente em todos os espaços urbanos se faz necessário *re-pensar* essa questão.

De fato, sem acessibilidade as pessoas com deficiência (e outros grupos, como as pessoas com mobilidade reduzida) ficariam, se não impedidas, seriamente prejudicadas no exercício de praticamente todos os seus direitos fundamentais, ficando alijadas da participação social. Como gozar do direito ao trabalho sem que se garanta um ambiente de trabalho que possa receber a pessoa com deficiência, permitindo-lhe o acesso a todos os seus espaços? Como gozar do direito à educação se não houver a possibilidade de que a pessoa com deficiência passa transitar no ambiente escolar? Mais ainda, como exercer qualquer dos seus direitos se as cidades e os meios de transporte coletivos não estiverem preparados para acolherem as pessoas com deficiência? (ARAUJO e MAIA, 2016, p. 230-231)

Verificamos que nenhuma escola investigada apresenta condições claras e plenas de receber um aluno em condição de deficiência e principalmente receber esse aluno nas aulas de Educação Física. Óbvio é que tais alunos sejam aceitos, porém não da maneira efetiva como realmente deveria.

Apesar de todos os diretores afirmarem que estão preparados para lidar com a diversidade, o que percebemos é que os espaços escolares não estão adequados para essa realidade, pois ainda existem muitas barreiras tanto arquitetônicas, quanto atitudinais.

Existem diversos dispositivos e mecanismos legais a fim de garantir de maneira efetiva a acessibilidade, porém é necessário cobrança e planejamento para que tais recursos cheguem e sejam definitivamente aplicados da maneira correta.

Por fim concluímos com a ideia de que esse estudo inicial em Formoso-MG sobre a acessibilidade nas escolas sirva de alerta e incentivo para mudanças nesse sentido, e que a busca por uma educação de qualidade não ignore tais dados. Afinal a ideia central de toda sociedade deve ser propor e oferecer uma real educação de qualidade para todos.

E dentro desse processo está a aplicação de uma Educação Física de qualidade, e os indivíduos em condição de deficiência devem ter esse direito efetivamente garantido.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT 9050. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência em edificações; espaços; e equipamento urbano**. Rio de Janeiro. 2004

ALVES, Maria Luiza Tanure; DUARTE, Edison. A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 28, n. 2, p. 329-338, 2014. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/84074> Acesso em 26 maio 2017.

ARAUJO, L., MAIA, M.. A Cidade, o Dever Constitucional de Inclusão Social e a Acessibilidade / The City, the Constitutional Duty to Inclusion and Accessibility. **Revista de Direito da Cidade**, 8, fev. 2016. Disponível em:

<http://www.e-publicacoes_teste.uerj.br/index.php/rdc/article/view/19901>.

Acesso em: 05 Out. 2017.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora com Deficiência. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília, Corde, 1994.

CARVALHO, M. A. A. S.; DURAND, Valmiza da Costa Rodrigues; MELO, P. D. A acessibilidade na escola como direito a educação: o que falam os estudos empíricos nacionais. **Rev Principia Divulg Cient Tecnol IFPB**, v. 29, p. 61-8, 2016. Disponível em <http://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/506> Acesso em 27 maio 2017.

DA SILVA, Suzana Sirlene; CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Inclusão escolar de alunos público-alvo da educação especial: como se dá o trabalho pedagógico do professor no ensino fundamental I?. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 2esp, p. 935-955, 2016.

DIAS, Edmilson Queiroz. Acessibilidade espacial e inclusão em escolas municipais de educação infantil. 2016. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138026> Acesso em 22 maio 2017.

GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. **Revista Educação Especial**, v. 25, n. 43, p. 217-232, 2012. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4415> Acesso em 27 maio 2017.

LAMÔNICA, Dionísia Aparecida Cusin et al. Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru. **Revista brasileira de educação especial**, v. 14, n. 2, p. 177-188, 2008. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/091.pdf>

LEHNHARD, Greice Rosso; MANTA, Sofia Wolker; PALMA, Luciana Erina. A prática de atividade física na história de vida de pessoas com deficiência física. **Revista da Educação Física/UEM**, p. 45-46, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/refuem/v22n1/a05v22n1.pdf> Acesso em 23 maio 2017.

MIRON, Edison Martins; DA COSTA, Maria da Piedade Resende. Barreiras físicas e o acesso às aulas de Educação Física. **Pensar a Prática**, v. 17, n. 2, 2014. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/fe/article/view/23907> Acesso em 28 maio 2017.

PALMA, Luciana Erica; MANTA, Sofia Wolker. Alunos com deficiência física: a compreensão dos professores de Educação Física sobre a acessibilidade nos espaços de prática para as aulas. **Educação (UFSM)**, v. 1, n. 2, p. 303-314, 2010. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/2080> Acesso em 25 maio 2017.

PAULINO, Vanessa Cristina; CORRÊA, Priscila Moreira; MANZINI, Eduardo José. Um estudo sobre a acessibilidade física em nove escolas municipais do ensino fundamental de uma cidade do interior paulista. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 8, n. 1, 2008. Disponível em <http://200.145.171.5/revistas/index.php/ric/article/view/160> Acesso em 27 maio 2017.

PEREIRA, Murilo Luciano. **Acessibilidade arquitetônica para cadeirantes na rede estadual e municipal de educação em Mineiro**. 2013. Disponível em <http://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/4602/5/TCCG%20%E2%80%93%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20-%20Murilo%20Luciano%20Pereira.pdf>

RIBEIRO, Jefferson Bruno Pereira; MOREIRA, Jonathan Rosa. ACESSIBILIDADE PARA ALÉM DA AVALIAÇÃO EXTERNA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: RELATOS DE ESTUDANTES E COLABORADORES. **PROJEÇÃO E DOCÊNCIA**, v. 7, n. 2, p. 15-22, 2016. Disponível em <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/view/735> Acesso em 27 maio 2017.

RODRIGUES, João Ilker Freitas. **Educação física e infraestrutura: reflexões entre o público e o privado**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em <http://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/3140>

SOUSA, Nayara Alves de; SILVA JUNIOR, Milton Ferreira da; COSTA, Sílvia Kimo. Instituições de ensino consideradas sustentáveis e inclusivas: a acessibilidade nos espaços físicos para as crianças com deficiência em Vitória da Conquista - BA **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, p. 103-132, fev. 2017. ISSN 1517-1256. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/remea/article/view/5353/4349>. Acesso em: 12 out. 2017.

SOUZA, Marinês Matter de et al. Inclusão educacional de estudantes com deficiência: práticas pedagógicas da educação física na escola. 2017. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/173766>

ANEXOS

ANEXO I – QUESTIONÁRIO DE OBSERVAÇÃO APLICADO

DESCRIÇÃO DA ESCOLA

NOME DA ESCOLA: _____

ZONA: () URBANA () RURAL - NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS: _____

A escola possui algum aluno com deficiência: () Sim () Não

Quantos alunos com deficiência: _____

Tipos de deficiência: _____

A escola possui quantos andares/pavimentos: _____

Como se dá o acesso aos andares/pavimentos superiores: () escada () elevador () rampa

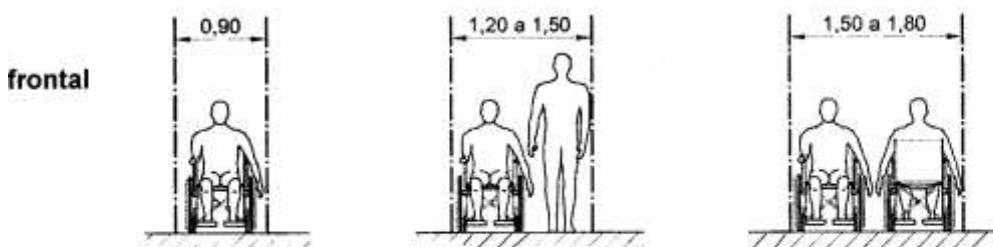
ENTRADA DA ESCOLA:

a. Da calçada pra dentro é necessário rampa de acesso? : () Sim () Não

b. A escola possui essa rampa de acesso? : () Sim () Não

AREA DE CIRCULAÇÃO:

1.



a) Uma pessoa em cadeira de rodas

b) Um pedestre e uma pessoa em cadeira de rodas

c) Duas pessoas em cadeiras de rodas

Largura aferida: _____ A () B () C () D-menor que 0,89 ()

2. A escola possui corrimão para o livre acesso as suas dependências? () Sim () Não

Corrimão duplo: altura do mais baixo _____ (0,70cm)

altura do mais alto _____ (0,92cm)

Adequado () Inadequado ()

Corrimão Único: Altura _____

3. A escola possui bebedouros adaptados? () Sim () Não

4. As áreas de convivência da escola:

a. Possuem piso antiderrapante? () Sim () Não

b. As áreas são acessíveis a pessoas com cadeira de rodas? () Sim () Não

c. Em caso negativo, explique as razões:

SALAS DE AULA:

1. Largura das portas da sala de aula:

Aferida: _____ (0,80 cm largura mínima)

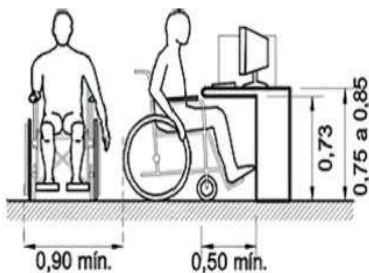
Adequado () Inadequado ()

2. Quadro/lousa:

Altura da Borda Inferior Aferida: _____ (0,90 cm altura máxima da borda inferior)

Adequado () Inadequado ()

3. As salas possuem carteiras escolares adaptadas: () Sim () Não



4.

Avanço frontal aferido: _____ (0,50 mínimo)

Altura livre abaixo da mesa: _____ (0,73 mínimo)

Adequado () Inadequado ()

Essas carteiras estão localizadas na sala de aula: () Sim () Não

5. Área de circulação na sala:

a. Entre as mesas: _____ (0,90 mínimo)

b. Entre as mesas e a lousa/quadro: _____ (1,50 mínimo)

BANHEIROS

1. Largura das portas:

Aferida: _____ (0,80 cm largura mínima)

Adequado () Inadequado ()

2. Medida interna dos banheiros: () Adaptado () Não adaptado

a. Largura aferida: _____ (1,50 mínimo)

b. Comprimento aferido: _____ (1,50 mínimo)

Adequado () Inadequado ()

3. Uso de piso antiderrapante: Adequado () Inadequado ()

4. Altura da bacia sanitária:



Altura da bacia aferida: _____ (0,46 altura máxima com assento)

5. O banheiro possui barras de segurança: () Sim () Não

Adequado () Inadequado ()

LOCAL DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA:

1. A escola possui quadra poliesportiva: () Sim () Não

2. Possui rampa de acesso à quadra poliesportiva: () Sim () Não () Não precisa

Adequado () Inadequado ()

3. A escola possui outros espaços para a prática de Educação Física:

a. Sala de dança.

b. Salão de jogos.

c. Praça.

d. Outros _____

4. Descrição do trajeto de acesso (níveis e desníveis) aos ambientes destinados à prática de Educação Física: